

CIDADES E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: DESAFIOS PARA A AGENDA URBANA

Rosana Baeninger

NEPO/UNICAMP | baeninger@nepo.unicamp.br

Luís Felipe Aires Magalhães

UFABC | lufeaires@gmail.com

Resumo geral: As migrações internacionais historicamente foram definidas a partir de um conjunto de tensões e contradições que reforçam a existência e a força dos Estados Nacionais, do controle territorial e da gestão de fronteiras (Vainer, 1995; Seyferth, 2002). Contemporaneamente, as migrações seguem sendo objeto do Pensamento do Estado (Sayad, 1998), seja por meio de políticas migratórias que definem quem são os desejados e os não desejados (Seyferth, 2002), seja por meio de programas de ordenamento fronteiriço, interiorização de pessoas migrantes e de regularização migratória como condição para o acesso à direitos. A migração internacional, neste sentido, é vista como produto de uma política de Estado, voltando-se a finalidades como a ocupação de áreas estratégicas e o branqueamento populacional, particularmente da força de trabalho assalariada.

As transformações recentes na dinâmica das migrações internacionais, no entanto, ao reforçarem a sua constituição enquanto “fato social total” (Sayad, 1998) e ao passarem a se apresentar sob a forma de um fenômeno transnacional (Guarnizo e Smith, 1998; Glick Schiller, 2005), vincularam, de forma crescente e irreversível, o tema das migrações internacionais à agenda urbana

Inicialmente, esta vinculação esteve associada à etapa do regime de acumulação fordista, na qual os migrantes concentravam-se em áreas metropolitanas, exercendo ocupações em setores de atividade econômica informais ou formais de baixa qualificação, como a indústria têxtil (Silva, 2006).

A reestruturação produtiva, associada no Brasil ao processo de desindustrialização e de reprimarização de sua economia (Cano, 2012), provocou transformações na estrutura regional e na hierarquia urbana do país, com impactos sobre a redistribuição espacial da população (Cano, 2012; Baeninger, 2016). Altera-se, com isso, a própria forma de articulação entre migração internacional e questão urbana, com o crescimento do número de migrantes em cidades pequenas e médias do Brasil. A maior integração destes municípios em cadeias

globais de valor, principalmente do agronegócio, alterou, por sua vez, o próprio perfil do migrante atraído e absorvido. E fez surgir, por consequência, novas tensões sociais, novas contradições da inserção laboral e novos desafios à gestão pública nestes municípios, anteriormente não impactados diretamente pelo fenômeno das migrações internacionais. Os processos acima desvelam distintas vulnerabilidades específicas dos migrantes, relacionadas ao trabalho, à documentação, ao acesso à saúde e à educação (Bógus e Magalhães, 2022), reforçando a migração como fato social total e exigindo análises acuradas sobre a presença de migrantes internacionais nas cidades brasileiras. Análises voltadas à compreensão das especificidades da modalidade das migrações Sul Sul nas cidades brasileiras, defrontadas com o fenômeno dos “periféricos na periferia” (Basso, 2015), qual seja, trabalhadores migrantes oriundos de países da periferia do sistema capitalista que, no Brasil, residem, por sua vulnerabilidade, na periferia das cidades, onde predomina a sobreposição de carências.

O caráter transnacional das migrações internacionais, por outro lado, extrapola os limites impostos pelo assimilacionismo, nos quais as diversidades eram apagadas em nome de uma pretensa e limitada integração ao tecido social e à cidade. No escopo destas presenças transnacionais, os imigrantes transformam mais visivelmente a paisagem urbana, constituindo-se enquanto sujeitos dinâmicos da produção social do espaço urbano, ao mesmo tempo que nos exigem redefinir o próprio sentido de fronteira.

Esta Sessão Livre objetiva discutir diferentes contextos da mediação existente entre questão urbana e migração internacional: a centralidade exercida pelo trabalho na mobilidade humana; as novas formas de trabalho precário em contexto urbano e seus impactos na saúde física e mental de trabalhadores migrantes; a cidade como espaço de acesso a direitos; os novos arranjos espaciais e as novas escalas urbanas e a presença de imigrantes internacionais neles e nelas; o direito à cidade por parte de imigrantes e pessoas em situação refúgio, em um contexto de crescentes desigualdades socioespaciais.

DA FRONTEIRA PARA AS CIDADES DOS FRIGORÍFICOS: IMIGRANTES NO RECRUTAMENTO HUMANITÁRIO

Natália Demétrio

Universidade Federal de Roraima | natalia_belmontedemetrio@yahoo.com.br

O setor de frigoríficos constitui a principal forma de inserção laboral entre migrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). Com 106 vínculos empregatícios segundo a Relação Anual de Informações Sociais de 2006, essa cifra salta para mais de 30 mil registros em 2021. Para esse ano, metade dos vínculos ativos nesse segmento eram de nacionais do Haiti, enquanto outra terça parte tinham a Venezuelana como país de origem. A centralidade de ambas as nacionalidades na composição desse nicho de trabalho migrante expressa fatores associados à origem, ao destino e às redes que impulsionam a inserção laboral especializada (Waldinger, 2005). Na origem, evidencia-se a crise humanitária característica da migração transnacional refugiada (Baeninger, 2016). No

destino, o acesso à documentação e a conotação dirigida dessa migração (expressa o interesse do Estado, de atores estatais e paraestatais (Amar, 2020) na gestão desses fluxos. Da articulação desses agentes nasce o recrutamento humanitário: uma forma de mobilização para o trabalho que não assume um formato estritamente empresarial, “mas se dá dentro de um quadro de ‘ação social’” (BICUDO, 2021, p.65). O objetivo desta exposição é apresentar o recrutamento humanitário como dimensão central para a formação do nicho de trabalho migrante nas cidades com frigoríficos do Brasil. as dinâmicas específicas das migrações transnacionais de refúgio Sul-Sul dão novos contornos aos espaços sociais transnacionais (FAIST, 2000). Por outro lado, a perspectiva do recrutamento humanitário ilumina o contexto emergencial das migrações de crise origem-destino. Essa forma de ‘empresariar o trabalho’ não apenas rompe com a “díade formada pelo empresário que recruta e o trabalhador que se oferece no mercado”, forçando a busca por um elemento intermediador (GUIMARÃES, 2008, p.277), como também evoca as representações de uma ‘cena humanitária’ (Agier, 2016) levada à cabo por ONGs, organismos internacionais e instituições religiosas (Amar, 2020). É a mediação desses atores que produz o encontro entre cidades-dos-frigoríficos e migrantes internacionais no Brasil, vinculando humanitarismo e precarização do trabalho (Chaves, 2022). Além de revisão bibliográfica, o entendimento sobre a formação do nicho de trabalho migrante nos frigoríficos conta com pesquisa de campo.

DIÁSPORA CIENTÍFICA: CIDADES PORTUGUESAS NA ROTA DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA

Andrea Oltramari

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | andreaoltr@gmail.com

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os caminhos trilhados pela diáspora acadêmica brasileira em Portugal. Para tanto, como método de pesquisa, é qualitativa, exploratória, onde foram realizadas duas rodadas de coleta de dados: uma primeira rodada com 5 grupos focais, totalizando 47 acadêmicos, pesquisadores, em diversas cidades de Portugal, tais como Lisboa, Porto, Braga e Coimbra. Subsequentemente, na segunda rodada, aprofundamos alguns elementos que apareceram fortemente na primeira, tal como compreender quais estratégias vem realizando para conseguir escapar do labirinto e dos espaços cada vez mais sitiados em termos de mobilidade e inserção profissional. A segunda rodada contou com entrevistas em profundidade. Optamos por realizar outras técnicas de coleta de dados concomitantemente aos grupos focais uma vez que poderíamos ter um alcance maior a pesquisadores que não tivessem disponibilidade para compor os grupos focais. Os principais resultados para a diáspora científica brasileira nas cidades portuguesas dizem de: a) um colonialismo institucional, uma vez que a maioria relatou serem preteridos por portugueses na hora da seleção final, mesmo que seus currículos fossem melhores que dos concorrentes; b) uma saúde mental debilitada ao chegar ao fim do doutoramento e não enxergarem muitas

saídas desse labirinto e armadilhas que a carreira acadêmica se apresenta para eles; c) as saídas que mencionam dizem respeito a voltar para o Brasil, buscar concursos públicos, dar aulas online, buscar outras possibilidades de seguir a carreira como pesquisadores em contratos de trabalho a curto prazo em outros países na Europa; d) a construção de espaços da diáspora científica nas cidades.

MIGRAÇÃO E GÊNERO

Roberta Peres

Universidade Federal do ABC | roberta.peres@ufabc.edu.br

Esta conferência propõe uma reflexão com o objetivo central de aprofundar o diálogo entre a perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002) e os estudos sobre migração internacional no Brasil. Para tanto, parte-se de uma discussão teórica e metodológica sobre a aplicação desta perspectiva ao panorama das migrações internacionais contemporâneas, buscando problematizar a definição de marcadores sociais que fazem a diferença em processos migratórios. A hipótese é que as categorias de gênero, raça e classe, que têm sustentado os debates em diferentes frentes – não apenas acadêmicas, mas que atravessam de movimentos sociais a redes sociais digitais – são o início, e não o fim, da construção de uma perspectiva interseccional para o estudo das migrações internacionais. O campo dos estudos migratórios tem avançado e se desenvolvido de forma interdisciplinar e busca em diferentes perspectivas compreender o complexo panorama desses processos sociais, seja em perspectiva histórica – recompondo fluxos migratórios invisibilizados, sobretudo em função de seu volume (Salles, et alii, 2013) – ou contemporânea, em que o cenário global se articula às dimensões locais (Baeninger, 2016), aumentando a diversidade, variando as rotas, bem como o papel dos países num sistema internacional desigual, orientados por vetores como a divisão internacional do trabalho em contextos de crises sobrepostas. Historicamente, esses avanços do campo de estudo das migrações têm proporcionado a superação de diferentes paradigmas teóricos e metodológicos para a interpretação de processos sociais migratórios, desconcentrando o peso da inserção laboral como a chave para a orientação de deslocamentos (Harris e Todaro, 1970) e incluindo novas categorias de análise para a construção de problemáticas que possam responder à complexidade dos deslocamentos.

Destaca-se um ponto de inflexão fundamental dos estudos migratórios: se até meados do século XX as teorias migratórias, marcadas por uma perspectiva economicista das migrações, iluminaram – e isolaram – as trajetórias laborais e o cálculo racional de custo-benefício individual do migrante como fundamentais para a compreensão dos processos, as teorias feministas trouxeram novos elementos à tona, iniciando um novo momento para os estudos migratórios em que a “diferença, como categoria analítica” (Brah, 2006, p. 359), é central. Esta conferência irá delimitar em termos teóricos e metodológicos estes marcadores, sobretudo o de gênero, explicitando a migração feminina não enquanto uma mera proporção das

migrações totais, mas como um conjunto de especificidades que a definem como um objeto específico de análise dentro do campo de estudos migratórios.

DINÂMICA URBANA, MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E METRÓPOLE

Luís Felipe Aires Magalhães

Universidade Federal do ABC | lufeaiires@gmail.com

Os últimos anos têm se caracterizado por um aprofundamento das migrações internacionais no Brasil, não apenas em razão do número, crescente, de imigrantes (especialmente nas médias e grandes cidades), mas sobretudo pela sua capacidade de mobilização, de produção social do espaço, de construção de territorialidades, de associação cultural e de ocupação de espaços públicos. A Região Metropolitana de São Paulo não escapa deste processo: nas últimas duas décadas, especialmente, têm sido local de destino (e de trânsito) de novos fluxos migratórios (sobretudo haitianos, venezuelanos e chineses), que se somam à fluxos já consolidados (de latino-americanos, especialmente bolivianos e peruanos), todavia ainda sem, tanto uns quantos os outros, o devido acesso à direitos, sem o exercício pleno da cidadania, sem direito à cidade e com relações precárias de trabalho, ainda que formais. Esta conferência tem como objetivo analisar a inserção laboral e a interação sócio - cultural de imigrantes internacionais na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), à luz das transformações econômicas que têm incidido sobre o processo de urbanização e metropolização na região, particularmente a desindustrialização e a reconversão econômica (Bógus, Pasternak e Magalhães, 2020). Analisaremos, para tal, a conjuntura das migrações internacionais, inicialmente no Brasil e, a seguir na RMSP, bem como as transformações econômicas que condicionaram a emergência de uma nova modalidade migratória, as migrações Sul-Sul e a retomada da imigração internacional para o Brasil no século XXI. A partir destas reflexões, buscamos responder à seguinte questão de pesquisa: as transformações econômicas estruturais vigentes na RMSP desde o final do século XX, particularmente a desindustrialização e a reconversão econômica, têm condicionado a mudança do perfil da imigração internacional atraída e absorvida na região? Em outras palavras: a ruptura em relação ao modelo de desenvolvimento industrial, predominante na RMSP entre 1930 e 1980, guarda relação com a nova modalidade da imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo?

Referências Bibliográficas:

AGIER, Michel. *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Cambridge: Polity Press, 2016.

AMAR, Paul. *O Arquipélago da Segurança: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

BAENINGER, Rosana. (2012). Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp.

BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe. Margem Esquerda – Ensaio Marxistas, Boitempo, n. 24, jun., pp. 56-71. 2015.

BICUDO, M. V. G. C. C. Mobilização do “trabalho imigrante” em São Paulo: estudo sobre intermediação e usos do trabalho. 2021. 287f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2021.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Cidades educadoras e políticas para imigrantes: o caso do município de São Paulo – SP. In: EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 61, 2022.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK Suzana; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias / - São Paulo: EDUC : PIPEq, 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, Cadernos Pagu 26, p.329-365, 2006.

CANO, Wilson. A Desindustrialização no Brasil. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012;

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CHAVES, João. Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas, SP. Anais... São Paulo, SP: ANPOCS, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, Estudos Feministas 1, p.171-189, 2002.

FAIST, T. The bridging function of social capital: transnational social spaces. In: FAIST, T. The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 195-241.

GLICK SCHILLER, Nina. (2005) ‘Transnational Social Fields and Imperialism: Bringing a Theory of Power to Transnational Studies’, Anthropological Theory, 5/4: 439-61

Guarnizo, L. E. and Smith, M. P. (1998) ‘The Locations of Transnationalism’, Comparative Urban and Community Research, 6: 3-31.

GUIMARÃES, N. A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, v. 51, n. 2, p. 275-311, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo, EDUSP. 1998.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: Revista USP (53), 117-149. 2002.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Fundo de Populações das Nações Unidas. 1995.

WALDINGER, R. The Ethnic Enclave Debate Revisited. In: International Journal of Urban and Regional Research, 17, 444-452, 2005.